

Econ. Brasil

6 Brasília, terça-feira, 14 de maio de 1991

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos arai.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

CORREIO BRAZILIENSE

A contribuição política

Com a mudança da equipe ministerial encarregada da política econômico-financeira, o Governo avança agora sobre perspectivas novas no tocante à solução dos problemas mais agudos da realidade atual, entre os quais sobrelevam a inflação e a dívida externa. Sem dúvida os tópicos em destaque vinculam-se às deformações estruturais da economia. O crescimento anormal de preços incorporou-se à rotina da vida nacional, mas nos últimos dez anos tem causado estragos excepcionais, principalmente por inibir os investimentos de risco e suscitar violentas demandas sociais. Já os compromissos pendentes de resgate junto ao mundo financeiro internacional geram enormes dificuldades ao saneamento do sistema econômico e à retomada do crescimento, hipóteses ambas perseguidas pelo atual governo no Projeto de Reconstrução Nacional, em exame no Congresso.

Portador de condições singulares para negociar uma nova estratégia de resgate da dívida, sobretudo em face do acordo preliminar já celebrado, o novo ministro da Economia, embaixador Marcílio Marqués Moreira, seguramente colocará semelhante questão em ordem de prioridade. Tal trabalho, espera-se, será facilitado pelo largo trânsito que o seu nome experimenta entre as instituições oficiais e privadas do crédito internacional. Também o será porque possui excepcional aptidão para encaminhar negociações desse porte, virtude alcançada ao longo do exercício da diplomacia em postos chaves, como a embaixada do Brasil em Washington.

Remanesce, porém, a conjuntura interna. Urge operar transformações bastante profundas para que o Brasil reencontre o leito da estabilidade, no que diz respeito ao plano monetário, e retome taxas convenientes de crescimento econômico. As políticas recessivas mostraram-se completamente inadequadas como solução atípica para o fenômeno brasileiro, eis que não ofereceram qualquer tipo de controle sobre a marcha ascensional dos preços. E, como se esperava, reduziram em 4,6 por cento o Produto Interno Bruto em 1990, além de incrementarem as taxas de desemprego.

Mas no front interno, o Governo necessita trabalhar com os instrumentos de mobilização política para tornar viável o conjunto de medidas descritas no Projeto de Reconstrução Nacional. A operação deve envolver necessária e prioritariamente o Congresso, cujo aval legislativo e contribuição política são fundamentais ao êxito das diretrizes fixadas.

Por manifestação própria de vontade e independentemente de provocação externa, o Poder Legislativo se encontra em posição crítica para ajustar sua atuação aos objetivos estratégicos definidos pelo Executivo. São metas que, por contemplarem anseios partilhados por toda a sociedade, acima da controvérsia ideológica ou doutrinária, certamente despertam interesse autêntico e consensual da representação parlamentar. Afinal, não há ninguém no Brasil de hoje que não deseje banir, de vez, a inflação e repor o sistema econômico nas trilhas do desenvolvimento.